



SÃO PAULO IV URB favelas

Seminário Internacional de Urbanização de Favelas

Conjunto-favela: a ilusão da solução total

Conjunto-favela: la ilusión de una solución total

Projetar e Construir

Carvalho, Pedro

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo -
Universidade de São Paulo - FAUUSP

pedrocarvale@usp.br

Leitão, Karina Oliveira

Professora Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo – FAUUSP

koleitao@usp.br





1. Uma ilusão

Nutrimos por muito tempo, ainda nos termos do que Gabriel Bolaffi denomina de problema e falso problema (Bolaffi, 1982), uma certa ilusão acerca da capacidade - quase involuntária e totalizante - que a provisão habitacional tem de solucionar uma grande parcela das desigualdades urbanas que inviabilizam a reprodução da vida da maior parte da população brasileira. População que mora em territórios populares, em favelas. Contudo, um grupo de pesquisas e textos importantes trataram de complexificar essa percepção, desvelando a provisão habitacional também enquanto estratégia de potencialização econômica a despeito das estratégias urbanísticas e fundiárias (Rolnik e Nakano, 2009), demonstrando o crescente endividamento das famílias contempladas com moradias populares do Programa Minha Casa Minha Vida (Flores, 2017), o posicionamento do Conjunto Habitacional como expressão das desigualdades urbanas (Carrasco, 2015), sobretudo, quando consideramos a permanência de um modelo inadequado de combate ao déficit habitacional que não universaliza o direito à moradia como um direito social (Royer, 2009).

Enquanto espaços inacabados em “cidades inacabadas” (Fiorin et al., 2021) ou “em atualização” (Oroza, 2006b), a origem dos conjuntos nessa “teia de ilegalismos” (Telles, 2009) ganha complexidade. O gradiente formado entre o legal e o ilegal parece adquirir ainda mais variações de um mesmo tom de cinza. Ao passo que se consolida a incompletude dos conjuntos, entregues sem energia elétrica e sem saneamento, e a incompletude da própria cidade – sem equipamentos públicos e infraestrutura urbana que atendam aos conjuntos – parece ainda mais emaranhado – para manter a metáfora – o estabelecimento de padrões de legalidade para os conjuntos, sobretudo para as camadas de autoconstrução existentes.

Nesse sentido, essa breve discussão pretende questionar em quais bases e a que custos a relação entre a provisão pública de moradia – como principal resultante dos processos de urbanização de



favelas – o desenvolvimento social e as possibilidades de inserção e permanência em um estado de bem estar social coexistem quando seguimos considerando a habitação como uma solução total. Compreendida ainda como o principal condutor de transformações no tecido urbano e na vida social em territórios populares. Centraliza, portanto, a habitação como chave analítica, não como uma máquina de morar, mas como um condutor de limites e de possibilidades na estruturação de formas de reprodução social e material de uma grande parcela da sociedade que segue precarizada.

2. Solução Total

A tipologia Conjunto Habitacional – enquanto modelo arquitetônico – passou a coordenar e determinar os parâmetros do espaço produzido pelo Estado (Carrasco, 2015), principalmente àqueles produzidos para suprir as demandas habitacionais que passaram a orientar a prática da urbanização de favelas no Brasil. Como consenso – diria um consenso econômico – de superação de algumas incapacidades que a modernização tardia brasileira impôs ao desenvolvimento urbano.

No processo de imposição desse novo modo de vida reside a necessidade de se estabelecer, a partir das principais características do espaço produzido, em todas as suas escalas, uma série de mecanismos direcionados principalmente ao disciplinamento dos estratos marginalizados da população, pautados por uma diretriz notadamente civilizatória (Carrasco, 2015, p. 05)

Essa imposição como solução também contém uma fragilidade. Como uma camada autoconstruída, os puxadinhos estão presentes como objetos que também determinam a superação dessa intencional estabilidade do Conjunto Habitacional para as camadas populares. A autoconstrução é uma forma popular de provisão habitacional e, portanto, a forma e a condição em que a maioria da população do capitalismo periférico continua a estabelecer seus modos de viver e de se reproduzir material e socialmente. Neste ensaio, é importante considerar em que circunstâncias a autoconstrução se soma às necessidades e desejos dos moradores, com que



ritmos de apropriação dos espaços públicos habitacionais. A presença de uma arquitetura incremental – os puxadinhos – na oferta pública habitacional, capaz de colocar em tensão a forma-conjunto, não parece estar distante dos mesmos termos que organizam a prática da autoconstrução nos territórios das favelas e bairros populares - entre eles, uma busca contínua de consolidação e a centralidade da moradia como "porta de entrada" para algum direito insatisfeito. Intenções que não se realizam em sua completude e que seguem sendo transformadas cotidianamente com a presença da forma de provisão que rege os territórios populares, a autoconstrução.

3. Conjunto-Favela

Se para Espinosa (apud. Rezende, 2006, p. 09) e Engels (apud. Carrión, 2020, p. 02) a liberdade é o conhecimento da necessidade, o puxadinho pode ser também um dos caminhos para a liberdade na forma de morar e de se reproduzir socialmente. É também caminho para romper com uma arquitetura que se pretende emancipatória, mas que muitas vezes é fator limitante para a continuidade da reprodução da vida. Se para Gramsci e Paulo Freire a autonomia, tema que abre este artigo, está diretamente condicionada pela realização da necessidade e da liberdade (Oliveira, Ghiggi e Oliveira, 2006, p. 09), o elemento puxadinho pode igualmente fornecer meios para a sua garantia.

O puxadinho também é desobediência. Partindo do princípio de que a família e as relações familiares mudam, criando novas necessidades que muitas vezes se opõem ao “mundo da disciplina e do controle típicos do mercado e do Estado” (Souza, 2009, p. 122), os puxadinhos fazem uma força igualmente contrária, sendo dessa forma um movimento antagônico às hierarquias. A casa produz então um aceno circunstanciado para a quebra de paradigmas, estruturando pedaços de cidade onde é preciso desobedecer para responder às necessidades (Oroza, 2006b). A desobediência enquanto um meio para exercer a cidadania que não é



assegurada por um conjunto de leis ineficazes. No caso dos conjuntos habitacionais, desobedecer para dar uso às áreas que deveriam receber alguma infraestrutura ou equipamentos, mas que seguem vazias.



Figura 1- Puxadinhos no Conjunto Império Amazônico, Belém-PA.
Fonte: Elaborado pelo Autor (2023)



Em certa medida, essa combinação de favela e conjunto parece ser o resultado da reprodução de um baixo nível de acesso à moradia e à terra urbanizada nas cidades latino-americanas. Desvalorizado na sua materialidade, mas também no seu simbolismo e, sobretudo, na necessidade de reprogramação, devido às mudanças na vida dos moradores. Não se pode esperar que uma arquitetura fixa no espaço e no tempo se adapte plenamente às mudanças nos arranjos familiares, nem mesmo que compense as necessidades insatisfeitas por um Estado que negligencia muitos direitos garantidos. Mesmo assim, parece-nos que a literatura crítica sobre os conjuntos aponta para o facto de que, se fossem mais bem construídos, com melhores inserções nas cidades, com maiores ligações com o meio ambiente, menos árido, menos monótono, poderiam assumir um outro poder adaptativo às mudanças esperadas na vida.

Não raro, as áreas onde se localizam os conjuntos habitacionais são vizinhas de territórios onde a autoconstrução é a solução construtiva possível diante das circunstâncias adversas e complexas estabelecidas por um capitalismo periférico que leva os indivíduos a ocuparem terrenos vazios, subutilizados e edificações excedentes nas cidades, e a viverem em condição de permanente construção e reconstrução. Nos conjuntos habitacionais populares, essa realidade apresenta contornos semelhantes, não raro configurando-se como verdadeiros depósitos de pessoas (Maricato, 2009), nos quais as famílias contempladas passam a ocupá-los com o desafio de enfrentar o isolamento, a monofuncionalidade, a impossibilidade de mudar oficialmente de domicílio, embora a moradia oferecida, configure-se como uma mercadoria com valor de mercado, poupança e herança.

Diante dos limites desses conjuntos, a autoconstrução parece ser uma possibilidade de ampliar, transformar e consolidar subjetiva e materialmente essa realidade, permitindo a construção de anexos que tensionam a forma-conjunto no tempo, gerando uma outra forma, a favela-conjunto, que surge como um reencontro dialético da criação individualizada com uma arquitetura baseada na repetição. Parece-nos que, desta forma, a favela suplanta o conjunto, e o que resta não é nem



uma coisa nem outra, mas uma nova configuração, aqui escrita com palavras separadas por um hífen, para denotar que as duas formas, os dois regimes de produção do espaço, o autoconstruído e o público, passam a figurar num par que não se separa: favela-conjunto. E que talvez, justamente por isso, seja a favelização que garanta a durabilidade, a adaptabilidade e a perenidade do invólucro habitacional original;

À paisagem urbana de favelas, villas miseria, callampas, cortiços, favelas e comunidades na América Latina, podemos acrescentar uma outra morfologia que aproxima dois tipos de provisão de habitação popular, não só na materialidade, mas sobretudo através dela. Os conjuntos concebidos para fazer frente à pobreza, mas que reproduzem espaços miseráveis (Petrella 2009), parecem convidar à favelização numa sociedade onde tantos direitos não são atingidos. É nos interstícios dos lotes, nas saliências dos passeios, nos espaços entre quarteirões, naqueles que são horizontal e verticalmente livres, que se realizam as extensões. E por que os conjuntos não se tornariam favelas?

Os conjuntos constituídos por habitações unifamiliares (térreas ou de dois pisos) são rapidamente ampliados com anexos projetados no solo. Os edifícios, com diferentes números de pisos e diferentes disposições, conduzem à ocupação das projeções sobre os lotes e os passeios. Note-se que estas formas de ampliação, sintetizadas na imagem apresentada anteriormente a partir das situações mais recorrentes estudadas pelo doutoramento que sustenta este ensaio, pretendem levantar a questão: se a ocupação por autoconstrução é tão recorrente nos espaços deixados vagos em Conjuntos Habitacionais, não seriam previsíveis essas ampliações?

5. Referências

Bolaffi, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: Maricato, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo. Editora Alfa – Omega. 1982.



Carrasco, André. **O Conjunto Habitacional como expressão da desigualdade urbana**. 3o CIHEL - Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono. São Paulo, SP. 2015

____. **A provisão de moradias em projetos de reurbanização de favelas: decifrando o sentido do projeto de arquitetura**. 4oB CIHEL - Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono. Porto, Portugal. 2017

Fiorin, E. et al. **A cidade inacabada**. 1a ed. Florianópolis - Santa Catarina, Brasil: Editora ANAP, 2021.

Flores, Sandrine. **Constatações do endividamento familiar no Programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa maria, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Rio Grande do Sul. 121p, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13479>

Maricato, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole**, v. 21, p. 33–52, 2009.

Nascimento, Denise. M. A autoconstrução na produção do Espaço Urbano. Em: **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011. p. 217–230.

OLIVEIRA, A.; GHIGGI, G.; OLIVEIRA, N. A. A relação entre liberdade e necessidade e a fecundidade educativa : diálogos com o pensamento de Antonio Gramsci e de Paulo Freire. **Educação Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 21–34, 2006.

Oroza, Ernesto. **Declaración de Necesidad. Por una Arquitectura de la Necesidad y la Desobediencia**. Disponível em: <http://architectureofnecessity.com/declaracion-de-necesidad/>>. Acesso em: 01 ago. 2024. 2021b.

Petrella, Guilherme. **Das fronteiras do Conjunto ao conjunto das Fronteiras**. *Pós - Revista do programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP* [online], 2011, n. 29, p. 114-135. [acesso 2012-06-16]. Disponível em : <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/posfau/v18n29/08.pdf>>



Royer, Luciana de Oliveira. **Financeirização da Política Habitacional: limites e perspectivas** (Tese de doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009. USP. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-19032010-114007/publico/Doutorado_LucianadeOliveiraRoyer.pdf Acesso em: 01 ago. 2024.

ROLNIK, Raquel e NAKANO, Kazuo. **As armadilhas do pacote habitacional**. Tradução. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo. 2009. Disponível em: http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/armadilhas_do_pacote_cc.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

SOUZA, J. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. 1ª edição ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Telles, Vera. Nas dobras do legal e do ilegal: Illegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 5–6, p. 97–126, 2009.